

Transformações na organização familiar nas áreas urbanas do Brasil

Resultado parcial de pesquisa em curso

Género, Desigualdad y Ciudadanía

Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira,
Moema de Poli Teixeira,
Sonoe Sugahara Pinheiro.

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as transformações nos arranjos familiares no contexto urbano brasileiro, à luz das mudanças que vêm ocorrendo nas relações de gênero, principalmente no que tange à responsabilidade familiar, o efeito da renda domiciliar e da idade do responsável sobre a organização da família. Optou-se por alguns municípios de tamanhos e características regionais, demográficas e socioeconômicas distintas.

Uma das principais conclusões do estudo mostra que a distinção das capitais por blocos de tamanho populacional, não parece guardar uma relação estreita com os arranjos familiares e domiciliares considerados, apontando para uma difusão de valores que permeia as fronteiras regionais sobrepondo-se aos valores ligados à organização familiar.

Palavras chaves: arranjo familiar, gênero, características socioeconômicas.

O Brasil experimentou transformações significativas e aceleradas a partir dos anos 60. Foram transformações de grande complexidade, caracterizadas por traços contraditórios. A sociedade brasileira passou por um profundo processo de crescimento econômico, principalmente nos primeiros anos da década de 70, o que propiciou as bases para a sua modernização, alicerçada em um estilo de desenvolvimento de caráter excludente e concentrador.

As relações familiares também experimentaram modificações dignas de nota a partir dos anos sessenta. O modelo da família característica dos anos cinquenta se enfraqueceu. Em seu lugar, surgiu o ideal de uma família mais igualitária, na qual seus membros não são mais definidos em função de critérios de sexo e de idade. O enfraquecimento desse modelo familiar não se processou, porém, de forma linear. Ele incorporou, ao contrário, a coexistência da tradição, dos antigos valores patriarcais com os valores assentados no individualismo, característico da cultura de nosso tempo. Assim, a construção das novas configurações familiares guarda relação com as raízes históricas do país.

A transformação da família brasileira se refletiu também nas tendências encontradas nos níveis decrescentes de nupcialidade, no aumento das uniões consensuais e dos arranjos familiares sob a responsabilidade feminina, que não estão mais referidos, apenas às camadas de baixa renda. Acrescente-se, ainda, o aumento do número de separações e de divórcios, e o declínio do modelo de família conjugal com provisão única masculina. A representação das mulheres na categoria de provedoras principais de suas famílias, ou a provisão compartilhada entre os cônjuges tem se tornado cada vez mais usual nas distintas camadas sociais.

É preciso lembrar, que a transformação da família brasileira esta intimamente associada com a mudança, levada a efeito na condição feminina. O aumento da escolaridade, a diminuição da fecundidade e as novas condições sociais e econômicas que impeliram as mulheres a ingressar no mundo do trabalho repercutiram de forma profunda sobre a estrutura familiar.

O objetivo deste trabalho é analisar as transformações nos arranjos familiares no contexto urbano brasileiro, à luz das mudanças que vêm ocorrendo nas relações de gênero, principalmente no que tange à responsabilidade familiar e o efeito da renda domiciliar e da idade do responsável sobre a organização

da família. Em princípio, pretende-se esmiuçar a análise optando por alguns municípios de tamanhos e características regionais, demográficas e socioeconômicas distintas.

A estrutura do presente trabalho corresponde a sete tópicos distintos. O primeiro está voltado para o exame dos antecedentes da organização familiar no Brasil. Em seguida, são feitas algumas indicações sobre as tendências recentes dos arranjos familiares no país. O terceiro tópico trata dos procedimentos metodológicos empregados para a realização do trabalho. Os tópicos seguintes referem-se à análise dos resultados e as principais conclusões do estudo.

1. A organização familiar no Brasil e suas origens

O modelo da família patriarcal considerado genericamente como a forma de organização familiar do país, no seu passado e em outros momentos da história brasileira, correspondeu, na realidade, ao arranjo familiar dos grandes proprietários de terra do Nordeste. Em outras regiões do Brasil, o grupo familiar era distinto do modelo colonial do Nordeste, refletindo uma variedade de arranjos familiares em outras áreas do território nacional, como no Sudeste, no Estado de São Paulo, ou mesmo no setor pecuário nordestino (Correa, 1982). O modelo da família patriarcal serviu, no entanto, de referencial, mediando às relações entre a esfera pública e privada.

Samara (2002) chama atenção para o fato de que era comum a existência de arranjos familiares menos complexos, integrados por um número menor de membros. Durante aquele período, parcelas importantes da população brasileira viviam segundo arranjos familiares distintos do modelo da família extensa de natureza patriarcal. As uniões consensuais, o concubinato ou mesmo a existência de núcleos conjugais reduzidos faziam parte das relações familiares brasileiras.

A centralidade da figura masculina na família, como regra única, também foi contestada por Samara (1987). No Brasil colonial, há registros numerosos de unidades familiares “chefiadas” por mulheres. Entretanto, apesar da heterogeneidade dos arranjos familiares, durante aquele período, era o modelo da família extensa de natureza patriarcal que predominava no Brasil, constituindo-se em uma matriz para os outros tipos de família (Samara, 2002).

A organização familiar brasileira vai ganhar novos contornos a partir do desenvolvimento dos processos de urbanização e de industrialização. O estilo de vida, sobretudo das camadas médias e das camadas de alta renda nos centros urbanos, vai experimentar mudanças expressivas. Essas mudanças foram provocadas, em grande medida, pelas maiores oportunidades, criadas pelo intercâmbio entre homens e mulheres, em razão de estudo e de trabalho e de atividades de lazer, favorecendo uma maior aproximação entre os sexos (Scott, 2012).

O modelo da família nuclear conjugal passou a se constituir no ideal da nova família urbana. O seu predomínio absoluto no contexto da organização da família brasileira foi, no entanto, questionado por alguns autores. Willems (1953) argumentou, por exemplo, que os arranjos familiares eram mais heterogêneos, estando estreitamente relacionados com a situação de classe de seus integrantes. Bilac (1978) viria posteriormente a enfatizar a relevância da dimensão de classe para a configuração dos arranjos familiares brasileiros.

Assim, a ideia de que a urbanização e a industrialização ocasionaram a emergência da família nuclear conjugal, de modo homogêneo na sociedade brasileira, foi também refutada pela literatura especializada. O contexto urbano e as atividades industriais intensificaram, muitas vezes, os laços de parentesco, em razão de proteção ou da busca de emprego. A estrutura familiar é, com frequência, de natureza extensa nas camadas de baixa renda, compreendendo um número maior de pessoas para fazer face à ausência do Estado, garantindo, desse modo, meios mais satisfatórios de existência.

O desenvolvimento da organização familiar brasileira compreendeu, portanto, arranjos diversificados e heterogêneos (Corrêa, 1981). A família brasileira foi, em sua história, moldada pela descontinuidade, heterogeneidade e diferenciação, refletindo diversidades de natureza histórica, social e geográfica, e exprimindo condições concretas de existência dos distintos segmentos sociais.

Contudo, não se pode desmerecer o peso do patriarcalismo na família brasileira. A dimensão patriarcal continua presente, em suas várias nuances, embora com menor intensidade e diferencialmente entre os segmentos sociais. Nesse sentido, acredita-se que não se pode pensar a organização da família no Brasil contemporâneo, sem levar em conta esse traço da cultura do país.

2. A organização familiar no Brasil contemporâneo

As tendências contemporâneas da organização familiar brasileira apontaram na direção observada nos países capitalistas industrializados. É preciso, contudo, fazer duas ressalvas: a sua menor intensidade e a relativização do seu caráter homogeneizante. O processo de modernização, desenvolvido no país, caracterizou-se pela sua fragilidade. O Brasil, diferentemente dos países capitalistas industrializados, vivenciou uma situação de modernização tardia, associada a um intenso crescimento demográfico, o que gerou enormes desigualdades sociais. A modernização brasileira não foi acompanhada pela modernidade, constituindo-se no fenômeno identificado por alguns autores como “modernização frágil, sem modernidade” (Calderón, Hopenhayn & Ottone, 1993, apud Arriadaga, 2000). Esse fenômeno denota um tipo de modernização que se realiza de forma segmentada, não incorporando processos da modernidade que se referem particularmente às “dimensões culturais e identitárias da mudança” (Arriadaga, 2000).

A modernidade é singular, no Brasil, coexistindo com a tradição e, muitas vezes, também com o conservadorismo (Domingues, 2003). Modernidade e tradição não são excludentes, ou seja, não existe uma clara distinção entre elas, apesar de suas diferenças substantivas. Modernidade e tradição se articulam de formas variadas no caso brasileiro. Na família brasileira, a tradição é influenciada pela cultura patriarcal, incidindo sobre todas as camadas sociais, embora com variações expressivas.

Apesar de sua complexidade e de seus processos heterogêneos, a dinâmica interna da família brasileira tem se alterado de modo significativo desde a segunda metade do século XX. A sua transformação parece corresponder, em alguns aspectos, ao padrão da modernidade avançada e, em outros, à configuração da modernização e da modernidade com exclusão, encontrada também nos demais países latino-americanos (Arriadaga, 2000).

3. A metodologia

O presente estudo objetiva analisar a organização da família brasileira e suas transformações nas dez maiores metrópoles do país, considerando apenas a sua parte urbana: os municípios de São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ, Salvador – BA, Brasília – DF, Fortaleza – CE, Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, Recife – PE, Porto Alegre – RS e Belém – PA no período entre 1960 e 2010¹, usando os microdados dos Censos Demográficos do IBGE. A opção de considerar estas metrópoles como unidades espaciais de análise, reside no fato de que a metrópole pode ser entendido como o “lugar síntese das desigualdades, dos desequilíbrios, das heterogeneidades” (Torres Ribeiro, 1987) congregando a coexistência de valores familiares, voltados tanto para a tradição como aqueles característicos da modernidade. A metrópole é o cenário no qual são construídos os modelos culturais que se reproduzem para as outras unidades espaciais do país, norteando as mudanças possíveis e a alteração nas práticas sociais (Torres Ribeiro, 1987). É o lugar preferencial da transformação de natureza cultural onde se expressa, com mais nitidez o processo singular da modernidade brasileira.

¹ Os dados referentes ao Censo de 1970 não foram utilizados neste trabalho porque os microdados da amostra de 25% não apresentam uma variável que identifique o domicílio e as informações domiciliares não existe nos registros referentes às famílias secundárias e aos individuais em domicílios coletivos, o que dificulta de imediato, algumas tabulações desejadas. Futuramente, espera-se incluir estes dados ao trabalho. Acrescente-se ainda que no caso de Belém, não havia informações nos microdados para 1960.

Para efeito desta análise foram construídos três grandes blocos formados pelas metrópoles selecionadas e acima mencionadas, segundo o critério do tamanho da população. Deste modo cada bloco foi, assim, definido, conforme mostra a Tabela 1:

- Bloco 1 (alto volume populacional): São Paulo e Rio de Janeiro;
- Bloco 2 (médio volume populacional): Salvador – BA, Brasília – DF, Fortaleza – CE e Belo Horizonte – MG;
- Bloco 3 (baixo volume populacional): Curitiba – PR, Recife – PE, Porto Alegre – RS e Belém – PA.

Além de volumes populacionais aproximados, cabe ressaltar, que estes três grandes blocos distinguem-se, entre si, por reunir metrópoles diferenciadas quanto a sua base produtiva e o ritmo das transformações processadas no plano dos valores e das práticas sociais. As diferenças entre estas metrópoles são consideráveis, refletindo padrões demográficos e condições sociais, econômicas, políticas e culturais distintas. Em vista disso, as metrópoles selecionadas refletem categorias diferenciadas do processo de metropolização brasileiro, permitindo, assim, uma melhor apreensão do tema de estudo. Neste sentido, as análises realizadas no presente trabalho foram feitas a partir da classificação das metrópoles de acordo com o seu tamanho populacional.

As variáveis de análise referiram-se aos arranjos familiares operacionalizados segundo a seguinte tipologia: pessoas morando sozinhas, pessoas sem filhos morando com parentes e/ou agregados, pessoas com filhos e sem parentes e/ou agregados, pessoas com filhos morando com parentes e /ou agregados, casais sem filhos, casais sem filhos morando com parentes e/ou agregados, casais com filhos e casais com filhos e morando com parentes e/ou agregados.

A idade do responsável pelo domicílio foi também utilizada sendo, desagregada segundo três categorias: menos de 40 anos de idade, de 40 a 54 anos e mais de 55 anos de idade. As demais variáveis empregadas na análise foram o sexo do responsável pelo domicílio e a sua participação na renda domiciliar. Para o exame da variável relativa à renda domiciliar, os domicílios foram divididos em cinco grupos de renda domiciliar per capita, considerando-se, contudo, somente os dois extremos: os 20% mais pobres e os 20% mais ricos.

Finalmente, as tabelas de análise (no Anexo) apresentam valores relativos à distribuição de cada um dos arranjos em cada uma das capitais consideradas. Por exemplo, se a referência é a cidade de São Paulo e a responsabilidade masculina, a soma dos arranjos pessoas morando sozinhas, pessoas sem filhos morando com parentes e/ou agregados, pessoas com filhos e sem parentes e/ou agregados, pessoas com filhos morando com parentes e /ou agregados, casais sem filhos, casais sem filhos morando com parentes e/ou agregados, casais com filhos e casais com filhos e morando com parentes e/ou agregados é necessariamente 100%. Analogamente, quando se considera a cidade de São Paulo e a responsabilidade masculina, a soma das proporções de casais e não casais é também necessariamente 100%.

4. A evolução dos tipos de família segundo o sexo do responsável pelo domicílio entre 1960 e 2010

Nesta seção o objeto de análise diz respeito aos tipos de arranjos familiares nas metrópoles selecionadas e suas transformações ao longo do período 1960 a 2010, visando a distinguir os arranjos mais representativos entre aqueles cujo responsável é do sexo masculino e aqueles com responsabilidade feminina. A literatura tem assinalado a clara distinção existente entre os arranjos familiares constituídos de acordo com o sexo do responsável pelo domicílio, reafirmando, assim, o efeito inequívoco da dimensão de gênero no âmbito da organização da família. Outro aspecto a explorar está relacionado à busca de diferenciações entre os tipos de família nas dez principais metrópoles brasileiras. Porém, uma análise para o conjunto das capitais selecionadas revela que ao longo do período considerado, os arranjos familiares típicos quando o homem se declara responsável pelo domicílio é o arranjo casal com filhos, enquanto que quando é a mulher a responsável, o arranjo é a pessoa com filhos. Estes arranjos se mantêm predominantes durante todo o período embora com

tendência declinante (**¡Error! No se encuentra el origen de la referencia.**). Nesse sentido, decidiu-se por analisar apenas estes dois tipos de arranjos, levando em consideração cada uma das capitais selecionadas.

Outros tipos de arranjos constituídos por casais são: casal sem filhos, casal sem filhos e com parentes/agregados e casal com filhos e com parentes e agregados. Entre os casais, o primeiro tipo (casal sem filhos) é um arranjo tipicamente masculino, embora se observe um crescimento entre as mulheres, sobretudo entre 1991 e 2000. O tipo casal sem filhos e com parentes/agregados, apesar de manter um padrão masculino, é um arranjo pouco representativo. Constata-se, porém, um crescimento entre as mulheres, sobretudo entre 2000 e 2010. O tipo casal com filhos e parentes/agregados apresenta um decréscimo ao longo do período considerado para os homens, denotando, em grande medida, o declínio da família extensa com responsabilidade masculina na organização familiar brasileira. Todavia, mesmo sendo pouco representativo entre as mulheres, este tipo de arranjo experimenta uma tendência de crescimento, contrapondo-se ao observado entre os homens e destacando, mais uma vez, as mudanças na condição feminina.

Já, os outros arranjos que não expressam relações de conjugalidade são constituídos pelas pessoa morando sozinha, pessoa sem filhos morando com parentes e/ou agregados, pessoa com filhos e sem parentes e/ou agregados e pessoa com filhos morando com parentes e /ou agregados. O arranjo pessoa só é predominante entre as mulheres. Observa-se, porém, uma tendência de queda contínua entre 1960 a 2010. Já entre os homens, a tendência é inversa, ocorrendo um grande crescimento, sobretudo no período 2000/2010.

O arranjo pessoa com filhos é mais frequente entre as mulheres. Da mesma forma que o arranjo anterior, constata-se uma tendência de queda, maior entre 2000 e 2010. Entre os homens, constata-se também o mesmo padrão do arranjo anterior, com crescimento, sobretudo no período 2000/2010.

Os arranjos pessoa com parentes/agregados e pessoa com filhos e parentes/agregados ambos majoritário entre as mulheres, seguem o mesmo padrão descrito acima para o arranjo pessoa com filhos.

Evidencia-se, portanto, o predomínio dos responsáveis do sexo masculino nos arranjos formados por laços de conjugalidade (casal sem filhos, casal com filhos, casal com filhos com parentes/agregados), e, em contrapartida a maior representação feminina nos domicílios de não casais (pessoa morando sozinha, pessoa morando sozinha com parentes/agregados, pessoa com filhos, pessoa com filhos com parentes/agregados). Importa, entretanto, ressaltar entre os casais o crescimento da responsabilidade feminina². Entre os não casais decresce a responsabilidade feminina contra o aumento dos domicílios com responsável do sexo masculino no período de 1960 a 2010. Este movimento pode talvez expressar uma tendência de enfraquecimento da distinção dos arranjos familiares segundo o sexo do responsável propiciada, em grande medida, pelas profundas transformações havidas na condição da mulher no conjunto das capitais brasileiras consideradas durante os anos de 1960 a 2010.

4.1 Casal com filhos

A **¡Error! No se encuentra el origen de la referencia.** apresenta o arranjo casal com filhos, o arranjo familiar mais característico da sociedade brasileira. Constata-se, no entanto, reafirmando o observado para o conjunto das capitais, uma diminuição expressiva para este tipo de arranjo com responsabilidade masculina, em particular entre 2000 e 2010, refletindo o aumento de outros tipos de arranjos domiciliares. Entre as capitais, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba mostram participações mais expressivas em 1960. Para os outros anos considerados, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Belém apresentam maiores percentuais, mantendo esse patamar.

² Cumpre ressaltar que somente no censo de 1980 passou-se a admitir nos casos dos casais, a classificação da mulher como responsável pelo domicílio mesmo com a presença do cônjuge.

Vale destacar o grande incremento do arranjo casal com filhos sob responsabilidade feminina, em todas as capitais consideradas, o que denota tanto uma alteração na condição feminina como também uma mudança conceitual da categoria responsável pelo domicílio ao longo do período sob análise. O crescimento pronunciado da participação feminina como responsável pelo domicílio concomitante com o declínio da participação masculina como responsável aponta para uma dissociação entre a função de provedor único e responsável pelo domicílio, possibilitada pela entrada da mulher na força de trabalho. O crescimento entre as mulheres neste tipo de arranjo foi mais significativo entre 1980/1991 e 1991/2000. Em todas as capitais, em 1960, a representação da mulher como responsável do arranjo casal com filhos é inexistente devido à classificação utilizada (ver nota 2). Outro fato marcante é o Distrito Federal se manter ao longo de todo o período como a capital com maior proporção deste arranjo sob responsabilidade feminina. Outras capitais como Porto Alegre (em 1980 e 1991), Fortaleza e Salvador em 2000, São Paulo, Fortaleza e Curitiba em 2010, mostram participações mais elevadas.

4.2 Pessoa com filhos

O arranjo pessoa com filhos, o mais frequente entre as mulheres (**¡Error! No se encuentra el origen de la referencia.**), da mesma forma que o arranjo anterior, apresenta uma tendência de queda, maior entre 2000 e 2010, confirmando o observado para o conjunto das capitais. Em 1960, as maiores participações se encontram no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. O Rio de Janeiro mostra um declínio, mas em 1991 apresenta um crescimento, na verdade a única capital a apresentar tal comportamento, durante todo o período sob análise. Entre 1960 e 2010, as capitais com maiores percentuais são Belo Horizonte, Belém e Curitiba até 2000, sendo esta última superada por Salvador em 2010.

Para os homens, este arranjo apesar de pouco representativo, apresenta crescimento, sobretudo no período 2000/2010.

Cabe assinalar a generalização das tendências encontradas sobre os tipos de organização da família nas capitais analisadas. De um modo geral, o sentido das tendências o mesmo, embora com intensidades variadas, confirmando a existência da difusão de valores quanto à configuração familiar neste contexto urbano do país.

5. Tipos de famílias segundo sexo do responsável pelo domicílio e renda domiciliar per capita

Os domicílios, como já mencionado anteriormente, foram divididos em cinco grupos de renda domiciliar per capita, sendo que nesta seção são considerados apenas os dois extremos: os 20% mais pobres e os 20% mais ricos. De forma semelhante ao tópico anterior, mantém-se nesta seção a opção de analisar apenas os arranjos casal com filhos e pessoa com filhos.

5.1 Casal com filhos

A Tabela 5 e a Tabela 6 apresentam as distribuições dos casais com filhos de baixa renda e de alta renda segundo o sexo do responsável e as capitais selecionadas. Em linhas gerais, constata-se o efeito da renda quando se trata de casais tanto com responsabilidade masculina como feminina: os percentuais de casais com filhos são maiores entre aqueles de baixa renda vis-à-vis os de renda alta, ou seja, tanto os homens como as mulheres de alta renda apresentam proporções mais elevadas entre os outros arranjos familiares. Cabe destacar que a participação das mulheres neste tipo de arranjo é ainda bastante inferior ao dos homens, apesar do grande crescimento observado no período considerado: entre as mulheres de baixa renda, o maior crescimento foi observado, entre 1991 e 2000 e entre as mulheres de alta renda entre 1980 e 1991. As mulheres de alta renda lideraram o processo de mudança na responsabilidade familiar deste tipo de arranjo, antecipando-se às mulheres de baixa renda. E isto

ocorreu em todas as capitais consideradas, independentemente do bloco ao qual pertencem. O crescimento pronunciado da participação feminina como responsável pelo domicílio concomitante com o declínio da participação masculina como responsável confirma a dissociação existente no passado entre a função de provedor único e responsável pelo domicílio.

5.2 Pessoa com filhos

O arranjo pessoa com filhos é pouco representativo entre os homens e independente da renda. Já entre as mulheres é possível observar o efeito da renda: este arranjo é muito mais expressivo entre as mulheres de baixa renda vis-à-vis as de alta renda, embora venha ocorrendo uma diminuição ao longo do período, para todas as capitais, o que pode estar refletindo a entrada de mulheres de outras faixas de renda neste tipo de arranjo (Tabela 7 e Tabela 8 **Error! No se encuentra el origen de la referencia.**). Entre 1960 e 1991, Porto Alegre é a capital com a menor representação entre as mulheres de baixa renda, passando a ser depois Belém em 2000 e 2010. Entre as mulheres responsáveis de alta renda, observa-se que em 1960, o Rio de Janeiro apresenta o maior percentual e, em contraposição, o Distrito Federal o menor valor. Para os anos a partir de 1991, Belo Horizonte mantém os maiores percentuais e Porto Alegre, os menores.

6. Tipos de famílias segundo sexo do responsável pelo domicílio e idade do responsável

Os responsáveis pelos domicílios, como já mencionado anteriormente, foram divididos em três grupos de idade, sendo que nesta seção são considerados apenas os dois extremos da distribuição: os mais jovens e os mais velhos.

6.1 Casal com filhos

A Tabela 9 e a Tabela 10 apresentam os percentuais de participação do arranjo casal com filhos em cada uma das capitais, de acordo com o sexo e grupo etário do responsável. Ressalte-se, que entre os homens mais jovens, há um aumento na participação deste arranjo entre 1960 e 2000 em Salvador, Distrito Federal, Fortaleza e Curitiba e Recife, caindo em 2010. Já as outras capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém apresentam participação crescente entre 1960 e 1991, declinando em 2000 e 2010. Esta queda expressiva observada entre 2000 e 2010, ocorreu de forma homogênea em todas as capitais. Entre os homens mais velhos, o padrão é diferente, com uma maior estabilidade entre 1960 e 2000 em todas as capitais. A queda mais acentuada ocorre somente em 2010, sendo que Belo Horizonte apresenta em 2010 a maior participação e Belém, a mais reduzida.

Entre as mulheres jovens e velhas, observa-se um crescimento em todo o período, mais pronunciado a partir de 1991, apontando para uma possível convergência, talvez, no futuro, entre os padrões, masculino e feminino de arranjo familiar. Entre as mulheres mais velhas a participação deste arranjo se situa em patamares bastante inferiores, para todas as capitais. Pode-se supor que a reponsabilidade pelo domicílio seja associada tanto pelo homem como pela mulher ao trabalho de “cuidar” da casa e dos filhos, desempenhado pelas mulheres, e não mais à provisão da família. Isto afeta de modo particular às mulheres mais jovens, como pode ser observado pelo diferencial de participação na categoria de responsável pelo domicílio entre elas e as mulheres mais velhas.

6.2 Pessoa com filhos

A Tabela 11 e a Tabela 12 referem-se ao arranjo pessoa com filhos segundo o sexo e a idade do responsável. Este tipo de arranjo é, como já constatado anteriormente, pouco representativo entre os homens, sobretudo os mais jovens. Entre as mulheres, observa-se, no caso das mais jovens, um declínio

em todas as capitais, sobretudo entre 2000 e 2010. Já, entre as mais velhas, há também um declínio embora não tão acentuado como entre as mais jovens.

7. Conclusões

Nas décadas consideradas, o arranjo casal com filhos com responsável do sexo masculino continuou predominando, muito embora com intensidades variadas nas capitais consideradas. Constata-se, no entanto, uma diminuição expressiva neste arranjo, em particular entre 2000 e 2010. Vale destacar o grande incremento do arranjo casal com filhos sob responsabilidade feminina, em todas as capitais, o que denota tanto uma alteração na condição feminina como também uma mudança conceitual. O crescimento pronunciado da participação feminina como responsável pelo domicílio concomitante com o declínio da participação masculina como responsável aponta para uma dissociação entre a função de provedor único por parte do homem e o de responsável pelo domicílio, propiciada entre outros fatores, pela entrada da mulher na força de trabalho.

A tendência de declínio do arranjo casal com filhos e responsabilidade masculina, se reproduziu nas capitais, apresentando, porém, variações nos padrões das mesmas. Ou seja, a existência da família nuclear conjugal integrada pelo homem provedor e a mulher dona de casa em tempo integral, o locus preferencial da dominação masculina (Bourdieu, 1999) está ficando cada vez mais distante. Hoje esse tipo de casal reúne homens e mulheres que na maioria das vezes trabalham. Além disso, o relacionamento entre os membros desse arranjo familiar, cônjuges e filhos, também tem experimentado mudanças significativas quanto à provisão da família e ao seu posicionamento da estrutura familiar. Hoje a hierarquia esta sendo substituída por relações mais igualitárias. Porém, traços ligados ao tradicionalismo da organização da família brasileira também se mantiveram, uma vez que durante as décadas consideradas o arranjo casal com filhos e responsabilidade masculina se manteve hegemônico (pelo menos até 2000 e em 2010, embora a participação tenha caído a níveis abaixo de 50%).

Os outros arranjos com responsabilidade masculina referem-se ao casal com filhos parentes e agregados (família extensa) e ao casal sem filhos. Estes tipos de família guardam, contudo, uma distância considerável com relação ao arranjo anterior. É interessante mostrar que foi havendo uma mudança ao longo das décadas examinadas que se expressou, de um lado, pela perda de importância da família extensa, e, de outro, pelo aumento do casal sem filhos. Observa-se porém um diferencial por renda: entre os homens de baixa renda o casal com filhos e parentes e agregados é o segundo arranjo em importância enquanto que para os de renda mais alta, há um inversão com o casal sem filhos assumindo essa posição em diferentes momentos e capitais. Fortaleza e Belém, contudo, não apresentam esta inversão. O arranjo casal com filhos e parentes/agregados continua apresentando proporções nada desprezíveis. Machado (2001) afirma que a família extensa não deixou de ser um arranjo familiar importante. As proporções alcançadas pela família extensa podem estar expressando um padrão de organização familiar encontrado nos segmentos de baixa renda e em alguma capitais com maior incidência como Fortaleza e Belém, acima mencionado.

Contudo, é preciso ter presente que os arranjos familiares apresentam uma configuração distinta em razão do sexo do responsável pelo domicílio. O desemprego masculino ou mesmo a maior insegurança do emprego tem impelido as mulheres a assegurarem, cada vez mais, maiores responsabilidades na família. Ressalte-se, que esses tipos de família e de domicílio sem laços de conjugalidade se contrapõem ao modelo tradicional da família conjugal, apresentando-se como alternativa de vida gerada tanto por novos valores e práticas como pelas condições demográficas, sociais e econômicas. Os dados apresentam um quadro bastante diverso nos arranjos familiares com referência feminina. Os tipos mais representativos estão relacionados às mulheres em domicílio sem laços de conjugalidade. Este arranjo é considerado como um traço marcante das mudanças ocorridas na organização da família tanto no Brasil, como em outros países da América Latina. Autores como Mazzeo (2011) e Arriadaga (2001) afirmaram que esse tipo de arranjo foi o que mais cresceu no contexto latino-americano ao longo das últimas décadas, devido quase sempre ao aumento das separações conjugais. As

consequências do divórcio, são vivenciadas, de modo distinto por homens e mulheres. Os homens buscam novas uniões, ao passo que as mulheres, com maior probabilidade, preferem permanecer sozinhas com seus filhos. O mercado matrimonial, desfavorável às mulheres, desempenha um papel importante para a sua decisão (Mazzeo, 2011). Outros fatores também são elencados pela literatura especializada para explicar o predomínio desse arranjo familiar nos domicílios sob a responsabilidade da mulher. Grande parte deles já mencionado no presente texto, tais como o processo de individuação e de emancipação feminina, o ingresso crescente das mulheres na força de trabalho e a opção por um projeto de vida no qual não está presente o ideal de formação de uma família. São fatores que se restringem, quase sempre, ao universo das camadas médias e aos segmentos das mulheres mais escolarizadas.

Com menor representação, encontram-se os arranjos pessoa com filhos e parentes/agregados, pessoa com parentes/ agregados e pessoa só, que são usualmente associados com a mudança na condição feminina e com o aumento da expectativa de vida para as mulheres. Por fim, destacou-se o arranjo composto pela pessoa sem filhos com parentes e agregados. Este tipo de família apresentou uma maior incidência na organização familiar sob a responsabilidade feminina, parecendo refletir a existência de núcleos domiciliares formados em razão de dificuldades financeiras ou da maior instabilidade da família contemporânea. Uma hipótese sobre a composição interna desse arranjo pode ser a de domicílios que reúnem avós morando com netos. Ou de pessoas que se reúnem em um mesmo domicílio com parentes ou agregados em razão de motivos de ordem econômica. A representação feminina na categoria de responsável pelo domicílio guarda, contudo, associação com os tipos de família e de domicílios. Ou seja, nos arranjos pessoa com filhos, com ou sem parentes foi majoritária a presença feminina na categoria do responsável pelo domicílio.

Resumindo, pode-se destacar que as famílias com responsabilidade feminina, e aquelas constituídas pela mulher com filhos, não podem ser consideradas, no caso brasileiro, apenas como expressão da modernidade avançada. Este tipo de família é o resultado, muitas vezes, de práticas e estilos de vida que sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, retratando a exclusão ou o tradicionalismo. Não se pode esquecer o caráter precário da modernidade brasileira, marcada por acentuadas desigualdades sociais repercutindo sobre as relações familiares e tornando esses arranjos familiares mais complexos.

Ressalte-se também que a distinção das capitais por blocos de tamanho populacional, não parece guardar uma relação estreita com os arranjos familiares e domiciliares considerados neste estudo, apontando para uma sobreposição de valores ligados à organização familiar, transcendendo os eventuais diferenciais sociais, culturais e regionais, ou seja estaríamos vivendo uma difusão de valores e comportamentos que permeia as fronteiras regionais.

Bibliografia

ARRIAGADA, I. Estructuras Familiares, Trabajo y Bienestar en América Latina, 2000, (mimeo).

_____. I. Familias latinoamericanas. Diagnostico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. In: Serie Políticas sociales. Santiago de Chile. CEPAL, n 57.

BILAC, E. Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Símbolo, 1978.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CORREA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORREA, M (Org) Colcha de Retalho, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982, p.31- 51

DOMINGUES, J.M. Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea, Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2003.

FUNDAÇÃO IBGE, microdados CENSO BRASILEIRO DE 1960, 1980, 1991, 2000 e 2010, Rio de Janeiro.

HAHNER, J. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C. PEDRO, J. Nova História das Mulheres no Brasil, Editora Contexto, São Paulo, 2012.

MACHADO, L.Z. Famílias e individualismo, tendências contemporâneas no Brasil Interface, Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.8 p.11-26, 2001.

MAZZEO, V. Las familias monoparentales en Argentina: La importancia de La jefatura femenina. Diferencias regionales, 1980-2001. In: Binstock, G e Melo Vieira, J (coordenadoras) Nupcialidad y familia en La América Latina actual, Serie Investigaciones, n 11, ALAP Editor, 20011.

SAMARA, E. M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A.M et al. (Orgs.) Pensando a família no Brasil, Espaço e Tempo/UFRRJ,1987, p.25-36.

SCOTT, A. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C. PEDRO, J. Nova história das mulheres no Brasil, Editora Contexto, São Paulo, 2012.

TORRES RIBEIRO, A. C. Metrópole e reprodução social: apontamentos teóricos. In: Sociedade Brasileira Contemporânea, Família e Valores, Edições Loyola, São Paulo,1987.

WILLENS, E. The Structure of the Brazilian Family. Social Forces, vol. XXXI, n. 4, 1953.

ANEXO – TABELAS

Tabela 1 – População nas capitais selecionadas – 1960 a 2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
São Paulo - SP	3.825.351	5.978.977	8.587.665	9.626.894	10.405.867	11.253.503
Rio de Janeiro - RJ	3.307.163	4.315.746	5.183.992	5.473.909	5.851.914	6.320.446
Salvador - BA	655.735	1.027.142	1.531.242	2.072.058	2.440.828	2.675.656
Brasília – DF	141.742	546.015	1.203.333	1.598.415	2.043.169	2.570.160
Fortaleza - CE	514.818	872.702	1.338.793	1.765.794	2.138.234	2.452.185
Belo Horizonte - MG	693.328	1.255.415	1.822.221	2.017.127	2.232.747	2.375.151
Curitiba - PR	361.309	624.362	1.052.147	1.313.094	1.586.848	1.751.907
Recife – PE	797.234	1.084.459	1.240.937	1.296.995	1.421.993	1.537.704
Porto Alegre - RS	641.173	903.175	1.158.709	1.263.239	1.360.033	1.409.351
Belém - PA	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.279.861	1.393.399

Tabela 2 – Arranjos familiares/domiciliares segundo sexo do responsável - Todas as capitais selecionadas – 1960 a 2010³.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
Pessoa só	4,2%	4,7%	4,6%	7,1%	11,7%	20,3%	22,9%	20,4%	19,2%	17,8%
Pessoa c/parentes/agreg	3,4%	3,6%	3,7%	3,4%	6,1%	15,3%	16,1%	14,8%	10,8%	10,2%
Pessoa c/filhos	1,3%	1,0%	1,2%	1,7%	2,5%	44,6%	37,0%	36,6%	32,8%	23,7%
Pessoa c/filhos e parentes/agreg	0,9%	0,7%	0,8%	1,0%	1,4%	19,8%	21,3%	21,6%	19,1%	13,4%
Casal s/ filhos	10,8%	13,1%	13,5%	14,4%	17,7%	0,0%	0,6%	1,5%	3,6%	8,1%
Casal s/ filhos e c/parentes/agreg	3,9%	2,9%	2,3%	2,2%	2,4%	0,0%	0,2%	0,3%	0,7%	1,3%
Casal c/filhos	54,1%	56,4%	58,5%	56,7%	45,4%	0,0%	1,2%	3,3%	10,2%	18,6%
Casal c/filhos e parentes/agreg	21,4%	17,7%	15,2%	13,5%	12,8%	0,0%	0,6%	1,5%	3,6%	6,8%

Tabela 3 – Casais com filhos segundo sexo do responsável e metrópole selecionada – 1960 a 2010³.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010

³ Ver nota 2.

São Paulo	57,0 %	59,8 %	60,2 %	58,6 %	47,1 %	0,0%	1,3%	2,5%	8,4%	20,4 %
Rio de Janeiro	57,9 %	54,0 %	58,3 %	53,5 %	42,0 %	0,0%	1,1%	3,7%	9,8%	17,4 %
Belo Horizonte	51,3 %	59,4 %	62,6 %	59,8 %	47,6 %	0,0%	1,3%	2,5%	8,9%	16,5 %
Salvador	41,3 %	50,1 %	54,5 %	54,3 %	43,6 %	0,0%	1,2%	3,8%	12,4 %	16,7 %
Distrito Federal	36,7 %	52,7 %	56,7 %	57,1 %	48,0 %	0,0%	1,6%	4,8%	14,4 %	20,5 %
Fortaleza	45,9 %	52,4 %	55,8 %	57,3 %	46,8 %	0,0%	1,1%	2,8%	12,4 %	19,7 %
Curitiba	58,9 %	64,4 %	62,8 %	60,5 %	48,5 %	0,0%	1,1%	3,2%	9,0%	19,1 %
Recife	47,4 %	54,1 %	57,7 %	57,0 %	46,1 %	0,0%	0,8%	3,5%	11,2 %	16,7 %
Porto Alegre	51,8 %	55,5 %	56,4 %	53,1 %	39,0 %	0,0%	1,4%	4,2%	10,4 %	16,7 %
Belém		59,4 %	62,6 %	59,8 %	47,6 %		1,3%	2,5%	8,9%	16,5 %

Tabela 4– Pessoa com filhos segundo sexo do responsável e metrópole selecionada – 1960 a 2010.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	1,2%	1,0%	1,1%	1,5%	2,3%	44,6%	37,9 %	37,0 %	35,1 %	23,0 %
Rio de Janeiro	1,4%	1,1%	1,6%	1,9%	2,6%	51,1%	34,2 %	38,4 %	30,8 %	23,0 %
Belo Horizonte	1,4%	1,1%	1,1%	1,9%	2,8%	49,0%	42,0 %	40,7 %	36,7 %	27,8 %
Salvador	1,6%	1,1%	1,3%	2,2%	2,9%	39,1%	35,2 %	35,1 %	32,2 %	26,6 %
Distrito Federal	0,9%	0,8%	1,1%	1,4%	2,2%	31,1%	39,2 %	37,7 %	33,7 %	25,5 %
Fortaleza	1,2%	0,7%	0,8%	1,4%	2,1%	39,1%	35,4 %	33,1 %	30,5 %	23,6 %
Curitiba	1,1%	0,8%	0,9%	1,5%	2,3%	45,2%	41,6 %	37,6 %	34,6 %	23,4 %
Recife	1,4%	1,2%	1,4%	1,9%	2,3%	44,1%	37,0 %	33,7 %	31,2 %	24,8 %
Porto Alegre	1,0%	0,9%	1,1%	1,8%	2,9%	39,8%	33,1 %	37,7 %	30,2 %	21,7 %
Belém		1,1%	1,1%	1,9%	2,8%		42,0 %	40,7 %	36,7 %	27,8 %

Tabela 5– Casais com filhos baixa renda segundo sexo do responsável pelo domicílio e metrópole selecionada – 1960 a 2010³.

	Responsável Homem Baixa Renda					Responsável Mulher Baixa Renda				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010

São Paulo	75,4 %	75,8 %	70,0 %	70,7 %	53,9 %	0,0%	1,7%	2,5%	11,4 %	22,7 %
Rio de Janeiro	74,0 %	72,3 %	72,0 %	66,8 %	51,0 %	0,0%	1,1%	3,8%	13,3 %	20,1 %
Belo Horizonte	80,7 %	80,7 %	76,4 %	72,5 %	58,0 %	0,0%	1,6%	2,8%	12,6 %	18,4 %
Salvador	64,7 %	72,2 %	72,9 %	66,6 %	52,3 %	0,0%	1,4%	3,4%	13,1 %	16,8 %
Distrito Federal	65,4 %	76,7 %	75,1 %	71,7 %	57,9 %	0,0%	1,6%	4,5%	17,2 %	22,4 %
Fortaleza	67,1 %	75,6 %	74,5 %	71,8 %	57,4 %	0,0%	1,3%	3,1%	14,4 %	21,8 %
Curitiba	75,2 %	79,8 %	70,8 %	71,5 %	55,2 %	0,0%	1,0%	2,2%	10,9 %	19,2 %
Recife	67,4 %	73,8 %	71,1 %	67,8 %	54,7 %	0,0%	0,7%	3,3%	13,8 %	19,5 %
Porto Alegre	73,2 %	72,6 %	68,6 %	64,2 %	48,1 %	0,0%	1,7%	4,5%	12,3 %	20,3 %
Belém		67,3 %	67,7 %	61,6 %	49,8 %		0,8%	2,1%	14,8 %	19,6 %

Tabela 6– Casais com filhos alta renda segundo sexo do responsável e metrópole selecionada – 1960 a 2010³.

	Responsável Homem Alta renda					Responsável Mulher Alta Renda				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	40,9 %	41,9 %	46,1 %	48,1 %	38,1 %	0,0%	0,6%	2,0%	6,1%	16,4 %
Rio de Janeiro	35,4 %	37,0 %	43,1 %	41,0 %	31,8 %	0,0%	0,8%	3,5%	7,0%	13,0 %
Belo Horizonte	22,2 %	36,3 %	46,6 %	47,1 %	39,5 %	0,0%	0,4%	2,3%	6,8%	14,7 %
Salvador	12,8 %	26,9 %	36,4 %	41,8 %	36,3 %	0,0%	0,5%	3,3%	9,5%	14,1 %
Distrito Federal	6,0%	32,2 %	40,3 %	45,5 %	37,4 %	0,0%	1,2%	3,8%	9,8%	15,8 %
Fortaleza	18,0 %	26,9 %	36,1 %	43,9 %	38,1 %	0,0%	0,5%	2,6%	9,1%	15,4 %
Curitiba	36,1 %	47,1 %	49,8 %	49,0 %	41,1 %	0,0%	0,9%	3,1%	6,9%	16,2 %
Recife	18,3 %	35,3 %	47,7 %	51,3 %	41,7 %	0,0%	0,3%	2,5%	8,8%	15,4 %
Porto Alegre	33,5 %	39,0 %	42,2 %	41,1 %	30,1 %	0,0%	1,0%	3,2%	7,4%	13,3 %
Belém		29,0 %	39,5 %	43,5 %	38,1 %		0,4%	4,3%	9,7%	14,6 %

Tabela 7– Pessoa com filhos baixa renda segundo sexo do responsável pelo domicílio e metrópole selecionada – 1960 a 2010.

	Responsável Homem	Responsável Mulher
--	-------------------	--------------------

	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	1,2%	0,8%	0,9%	1,3%	2,5%	48,3%	50,3%	43,0%	46,2%	29,6%
Rio de Janeiro	1,4%	1,1%	1,5%	1,7%	2,9%	57,4%	46,5%	47,9%	40,2%	31,0%
Belo Horizonte	1,1%	1,0%	1,0%	1,6%	2,7%	61,8%	54,2%	50,3%	45,8%	34,4%
Salvador	1,7%	1,3%	1,5%	2,4%	2,5%	52,4%	52,0%	48,4%	40,2%	34,3%
Distrito Federal	1,0%	0,8%	1,0%	1,1%	2,5%	52,5%	60,6%	51,2%	43,7%	32,2%
Fortaleza	1,3%	0,7%	0,6%	1,2%	2,1%	45,9%	52,0%	45,5%	39,0%	30,5%
Curitiba	0,9%	0,8%	0,7%	1,4%	2,5%	56,2%	52,8%	44,6%	45,1%	30,5%
Recife	1,8%	1,3%	1,5%	1,9%	2,7%	54,2%	51,9%	43,3%	36,4%	28,7%
Porto Alegre	0,9%	1,0%	1,3%	2,1%	3,0%	48,1%	45,9%	39,8%	37,3%	29,3%
Belém		0,8%	1,0%	1,6%	2,6%		46,2%	43,0%	31,5%	22,3%

Tabela 8– Pessoa com filhos alta renda segundo sexo do responsável e metrópole selecionada – 1960 a 2010.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	1,1%	0,9%	1,3%	1,8%	2,3%	26,2%	22,6%	26,6%	25,7%	17,0%
Rio de Janeiro	1,6%	1,0%	1,8%	2,3%	2,8%	36,8%	20,5%	27,2%	24,0%	18,3%
Belo Horizonte	1,0%	0,8%	1,3%	2,3%	2,9%	26,3%	26,5%	28,4%	28,1%	22,0%
Salvador	1,2%	0,7%	1,1%	1,8%	2,2%	19,4%	18,5%	22,6%	26,3%	21,0%
Distrito Federal	0,7%	0,7%	1,2%	1,8%	2,3%	9,8%	16,3%	27,6%	28,0%	18,6%
Fortaleza	1,0%	0,5%	0,7%	1,4%	2,0%	15,5%	19,3%	25,0%	25,6%	21,2%
Curitiba	1,4%	0,8%	1,3%	1,8%	2,4%	30,4%	27,6%	27,4%	24,4%	17,7%
Recife	1,0%	0,7%	1,2%	1,9%	1,7%	23,2%	23,1%	28,3%	27,9%	21,9%
Porto Alegre	0,9%	0,9%	1,4%	1,8%	2,8%	22,7%	19,8%	19,6%	20,7%	13,5%
Belém		0,9%	1,4%	1,5%	2,3%		23,7%	23,6%	25,2%	19,9%

Tabela 9– Casal com filhos segundo sexo do responsável e metrópole selecionada. Idade do responsável entre 10 e 39 anos³ – 1960 a 2010.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	60,1 %	61,0 %	63,3 %	60,7 %	46,5 %	0,0%	2,1%	4,2%	14,8 %	30,7 %
Rio de Janeiro	59,9 %	58,3 %	63,8 %	60,4 %	43,6 %	0,1%	2,1%	7,8%	21,2 %	30,6 %
Belo Horizonte	51,8 %	59,4 %	64,5 %	61,1 %	43,8 %	0,0%	2,2%	4,4%	16,5 %	25,7 %
Salvador	42,1 %	51,9 %	56,9 %	57,5 %	43,5 %	0,0%	2,1%	6,3%	20,6 %	25,5 %
Distrito Federal	35,5 %	50,9 %	58,6 %	58,5 %	46,8 %	0,0%	1,9%	7,0%	20,9 %	28,9 %
Fortaleza	45,6 %	54,5 %	61,2 %	63,0 %	48,4 %	0,0%	2,1%	4,6%	21,2 %	31,0 %
Curitiba	60,9 %	66,2 %	66,2 %	62,8 %	47,6 %	0,0%	1,8%	4,8%	15,5 %	30,0 %
Recife	48,2 %	57,6 %	63,7 %	64,8 %	48,8 %	0,0%	1,6%	7,7%	22,4 %	29,9 %
Porto Alegre	54,3 %	57,4 %	60,3 %	54,7 %	35,6 %	0,0%	2,3%	8,0%	18,7 %	25,2 %
Belém		51,8 %	60,2 %	59,5 %	47,3 %		1,7%	5,8%	23,8 %	30,1 %

Tabela 10 – Casal com filhos segundo sexo do responsável e metrópole selecionada. Idade do responsável 55 anos e mais³ – 1960 a 2010.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	40,8 %	40,5 %	40,8 %	40,7 %	35,5 %	0,0%	0,3%	0,8%	2,1% %	6,9% %
Rio de Janeiro	43,8 %	33,9 %	38,9 %	33,4 %	29,0 %	0,0%	0,3%	0,9%	2,0% %	4,9% %
Belo Horizonte	42,6 %	45,5 %	47,3 %	45,5 %	39,5 %	0,0%	0,3%	0,6%	2,3% %	6,2% %
Salvador	31,1 %	33,3 %	35,5 %	36,1 %	33,2 %	0,0%	0,3%	0,7%	2,5% %	4,8% %
Distrito Federal	38,1 %	42,1 %	39,2 %	40,4 %	35,8 %	0,0%	0,7%	0,8%	3,1% %	6,0% %
Fortaleza	38,6 %	36,9 %	36,6 %	36,2 %	33,6 %	0,0%	0,2%	0,8%	3,4% %	6,0% %
Curitiba	42,1 %	43,3 %	40,6 %	39,0 %	34,8 %	0,0%	0,5%	0,9%	2,1% %	5,6% %
Recife	37,9 %	39,1 %	38,2 %	36,0 %	32,3 %	0,0%	0,1%	0,5%	2,4% %	4,0% %
Porto Alegre	36,2 %	36,7 %	34,5 %	35,8 %	30,5 %	0,0%	0,3%	0,8%	2,4% %	5,6% %
Belém		29,8 %	30,2 %	29,2 %	26,4 %		0,1%	0,6%	2,2% %	4,5% %

		%	%	%	%				
--	--	---	---	---	---	--	--	--	--

Tabela 11 – Pessoa com filhos segundo sexo do responsável e metrópole selecionada. Idade do responsável entre 10 e 39 anos – 1960 a 2010.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	0,5%	0,2%	0,3%	0,4%	0,9%	36,8%	36,0%	37,3%	34,0%	17,9%
Rio de Janeiro	0,6%	0,3%	0,5%	0,5%	0,9%	55,2%	39,1%	42,6%	34,1%	19,6%
Belo Horizonte	0,5%	0,2%	0,2%	0,4%	1,1%	47,2%	41,4%	40,1%	34,3%	21,1%
Salvador	0,7%	0,3%	0,5%	1,0%	1,2%	45,3%	41,3%	38,4%	32,5%	23,1%
Distrito Federal	0,5%	0,2%	0,5%	0,5%	0,9%	28,8%	37,9%	39,6%	32,2%	20,0%
Fortaleza	0,4%	0,1%	0,2%	0,4%	0,8%	38,5%	39,0%	36,8%	32,8%	19,3%
Curitiba	0,5%	0,3%	0,2%	0,5%	0,9%	38,3%	42,0%	38,3%	32,2%	17,2%
Recife	0,7%	0,3%	0,4%	0,6%	0,9%	45,8%	45,2%	41,3%	35,6%	23,1%
Porto Alegre	0,4%	0,2%	0,4%	0,6%	1,2%	36,1%	32,7%	34,7%	28,6%	16,0%
Belém		0,3%	0,4%	0,9%	1,3%		41,2%	41,5%	28,6%	17,2%

Tabela 12 – Pessoa com filhos segundo sexo do responsável e metrópole selecionada. Idade do responsável 55 anos e mais – 1960 a 2010.

	Responsável Homem					Responsável Mulher				
	1960	1980	1991	2000	2010	1960	1980	1991	2000	2010
São Paulo	3,1%	2,5%	2,7%	3,2%	3,8%	44,3%	29,2%	28,9%	27,8%	21,8%
Rio de Janeiro	3,3%	2,2%	3,3%	3,2%	3,9%	41,1%	22,7%	29,0%	22,6%	20,3%
Belo Horizonte	4,1%	3,3%	2,8%	4,2%	4,4%	47,2%	33,4%	33,1%	31,3%	26,9%
Salvador	3,7%	3,0%	3,0%	4,0%	5,1%	28,5%	21,1%	22,3%	23,7%	23,3%
Distrito Federal	1,3%	2,8%	2,7%	2,9%	3,4%	24,5%	29,4%	27,6%	27,8%	24,6%
Fortaleza	3,4%	1,9%	2,0%	3,1%	3,6%	33,3%	24,0%	23,8%	22,8%	21,8%
Curitiba	3,2%	2,3%	2,5%	3,0%	3,2%	42,8%	30,3%	27,6%	25,7%	22,0%
Recife	3,1%	2,7%	3,2%	3,6%	3,9%	35,5%	23,6%	23,7%	23,7%	22,2%
Porto Alegre	2,5%	2,1%	2,8%	2,8%	3,8%	37,1%	25,0%	22,9%	22,2%	19,3%

Belém		2,3%	2,5%	3,1%	3,9%		21,8 %	19,5 %	19,6 %	16,2 %
-------	--	------	------	------	------	--	-----------	-----------	-----------	-----------